



ADPEMA Notícias 8

17/07/2015 - ADPEMA e ESDEP/MA assinam Termo de Cooperação com APIDEP e ESDEPI



Na manhã desta sexta-feira (17) foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Associação Piauiense dos Defensores Públicos (APIDEP), Escola Superior da Defensoria Pública do Maranhão (ESDEP/MA) e Escola Superior da Defensoria Pública do Piauí (ESDEPI), que visa o intercâmbio acadêmico entre os associados e entre os defensores públicos dos respectivos estados, através de cursos, palestras, seminários, treinamentos e congressos, entre outras atividades.

Na ocasião, esteve presente na assinatura do Termo a Presidente da ADPEMA Clarice Viana Binda; o Vice Presidente da ANADEP, Arilson Malaquias; a Defensora Pública Geral do Piauí, Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes; o Presidente da APIDEP, João Batista Viana do Lago Neto; o Vice Presidente da APIDEP, João Castelo Branco de Vasconcelos Neto; e o Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Maranhão, Marcos Vinícius Campos Fróes.

O termo de cooperação ainda proporciona que os associados ADPEMA e APIDEP utilizem os convênios firmados pelas duas associações, com envio da lista de associados de ambas às

empresas conveniadas.

Para a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, "O intercâmbio entre as associações de defensores e as escolas superiores só reafirma o caráter de unidade da Defensoria Pública, cumprindo assim seu papel constitucional e valorizando a carreira em todos os estados do Brasil", pontua.

17/07/2015 - ADPEMA participa de evento de apresentação da Escola Socioeducativa no Maranhão



A Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Clarice Viana Binda, participou do evento promovido pela Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) de apresentação de um novo modelo de socialização de crianças e adolescentes na última quarta-feira (15), no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Uma das propostas é a criação de uma Escola Socioeducativa, que, se for aprovada, deve entrar em vigor a partir de outubro deste ano. O evento teve a palestra do jurista argentino e consultor da UNICEF, Emílio Garcia Mendez.

Compuseram a mesa de abertura a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, a Presidente da FUNAC, Elisângela Correia Cardoso, o Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Francisco Gonçalves; Representante da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, Maria Ribeiro; Promotor de justiça da infância e juventude de São Luís, Luiz Gonzaga Martins Coelho; Vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Selma Marques; Representando a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Carla Serrão e a Coordenadora do escritório do UNICEF/MA, Eliana Almeida.

De acordo com a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, iniciativas como esta são de grande importância. "Em tempos em que discutir a efetividade do ECA e aprofundar o debate sobre a questão do adolescente infrator parecem ser quase 'pecados', só temos a parabenizar a Funac e os demais organizadores por um evento como esse no qual se propõe a reflexão sobre a concretização dos direitos das crianças e adolescentes do nosso estado", destaca.

O consultor da UNICEF, Emílio Garcia, durante palestra falou sobre a redução da maioridade penal na América Latina. "A proposta de baixar a idade da imputabilidade não resolve na prática

absolutamente nada, mas apenas cria a sensação que alguma coisa está sendo feita e resolvendo aquilo que não pode ser resolvido no plano real, mas apenas ideológico”, ressalta.

16/07/2015 - Maranhão adere definitivamente a realização de audiências de custódia

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, cumprirá até o final de outubro extensa agenda para assinatura dos termos de compromisso para implantação do projeto Audiências de Custódia nos estados. No total, está confirmada a assinatura de pelo menos 15 novos termos de cooperação entre o CNJ, o Judiciário local e os governos estaduais para implantação do projeto, que prevê a apresentação do preso em flagrante a um juiz no prazo máximo de 24 horas após sua prisão.

Durante a audiência, o juiz faz uma análise da validade e da necessidade de manutenção da prisão ou da possibilidade de adoção de uma medida alternativa à prisão preventiva. Em julho, o presidente do CNJ irá a Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Porto Alegre/RS e Curitiba/PR. No mês de agosto, será firmado o termo de compromisso para implantação do projeto Audiências de Custódia nos estados do Amazonas, Tocantins, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Ceará, Santa Catarina e Bahia.

Em todos estes estados serão seguidas as diretrizes do projeto desenvolvido pelo CNJ, que incluem, além das audiências feitas com um juiz no prazo máximo de 24 horas, a criação ou o fortalecimento de centrais integradas de alternativas penais, centrais de monitoramento eletrônico, centrais de serviços e assistência social e câmaras de mediação penal. Essas estruturas são responsáveis por apresentar ao juiz opções ao encarceramento provisório.

O Maranhão aderiu definitivamente ao projeto no dia 22 de junho, com a assinatura do termo. No entanto, o estado já realizava audiências de custódia na capital São Luís desde outubro de 2014, o que só não ocorria nos finais de semana. Além disso, o estado também não previa estruturas dedicadas às alternativas penais, monitoramento eletrônico, assistência social e mediação penal, que fazem parte do projeto do CNJ e que foi objeto do termo.

Até o fim de setembro, 18 unidades da Federação já terão implantado audiências de custódia, considerando os estados de São Paulo, Espírito Santo e Maranhão, que aderiram ao programa anteriormente.

No âmbito do Poder Legislativo, a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) vem acompanhando a tramitação dos projetos de lei que tratam de alteração do Código de Processo Penal para incluir a realização de audiência de custódia. São os projetos de lei n.º 554/2011, que tramita no Senado, e o n.º 5876/2013, da Câmara dos Deputados. Para a Diretora para Assuntos Legislativos da ANADEP, Clarice Binda, “a realização de audiência de custódia é fundamental como mecanismo de prevenção e combate à tortura e para um efetivo controle judicial. Além disso, o Brasil ratificou tratado internacional que determina a apresentação da pessoa presa ao juiz de forma imediata, tratando-se de uma obrigação do Estado brasileiro”, destaca.

* Com informações da ASCOM/ANADEP

16/07/2015 - ADPEMA participa de especial jornalístico sobre PEC da Maioridade Penal



Na manhã desta quinta-feira (16), a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Clarice Viana Binda, recebeu na sede associativa a jornalista do Portal Imirante.com Raquel Soares, para falar sobre a Proposta de Emenda Constitucional n. 171/1993, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

Durante a entrevista, a Presidente da ADPEMA destacou questões norteadoras que envolvem a redução da maioria penal, assim como os danos que sofrerão os adolescentes e toda a sociedade brasileira, caso a redução ocorra. “Estão vendendo uma solução para diminuição da violência no país que, na realidade, só irá aumentá-la. Além dos adolescentes não serem os principais responsáveis pela criminalidade no país, sendo que menos de 1% dos crimes violentos cometidos por adolescentes, são eles as principais vítimas da violência, morrendo, a cada dia no Brasil, 28 adolescentes vítimas de assassinato. O Brasil hoje, segundo relatório recém lançado do UNICEF, é o 2º país do mundo com o maior número de homicídios contra jovens até 19 anos, perdendo apenas para a Nigéria. Com toda certeza, a redução da maioria penal não é a solução”, enfatiza.

Na entrevista ainda foi destacado pela presidente Clarice Binda que o caminho de redução da criminalidade passa necessariamente pela educação, e não simploriamente pela prisão de adolescentes. Como exemplo, foi mencionado o projeto de Educação em Direitos, idealizado pela ADPEMA, nas escolas de ensino médio do estado, que prevê o desenvolvimento de Educação em Direitos Humanos aos estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, proporcionando acesso a informações aprofundadas sobre cidadania e direitos humanos, com o fim de criar uma cultura de paz com respeito ao ser humano. O projeto, que está em vias de implantação, é uma parceria ADPEMA, DPE/MA e Seduc/MA, com a assessoria pedagógica do Instituto Paulo Freire.

O material sobre a PEC da redução da maioria penal será veiculado num especial jornalístico que entrevistará representantes de várias entidades com conhecimento na área, realizado pelo Portal Imirante.com (<http://imirante.com/>), a ser publicado ainda no final do mês de julho.

16/07/2015 - Defensores Públicos de Açailândia participam de ação contra tentativa de rebelião na UPR

Os Defensores Públicos Vitor Eduardo Oliveira e Clara Welma participaram, no último sábado (11), de ação dentro da Unidade de Ressocialização de Açailândia/MA a fim de colaborar para controle

de princípio de rebelião. O trabalho foi realizado em conjunto com a Pastoral Carcerária, Centro de Defesa da Vida, Grupo Especial de Operações Penitenciárias (GEOP) e Administração da unidade prisional.

De acordo com informações da Direção da unidade, o princípio do motim aconteceu após uma revista surpresa nas celas. De acordo com o Defensor Público Vitor Eduardo Oliveira, a participação da Defensoria Pública e dos parceiros foram essenciais para diálogo com os detentos, evitando assim uma rebelião. “O nosso maior objetivo era criar diálogo entre a Administração do Presídio, as entidades presentes e os presos. Não foi necessário o uso de balas de borracha e a Defensoria estará dando apoio e assistência necessária para que as reivindicações sejam atendidas”, declara.

O núcleo da Defensoria Pública de Açailândia, instalado no ano de 2010, conta com a atuação 03 defensores públicos atualmente, que se dividem entre as demandas cíveis, de família, criminal e execução penal.

15/07/2015 - Inscrições abertas para o XII Congresso Nacional de Defensores Públicos

De 4 a 7 de novembro, a ANADEP, em parceria com a Associação dos Defensores Públicos do Paraná, promoverá o **XII Congresso Nacional de Defensores Públicos**. Sob o tema “**Defensoria como Metagarantia: transformando promessas constitucionais em efetividade**”, o evento será realizado na Faculdade de Direito da Universidade Positivo do Paraná, em Curitiba. A ideia é reunir defensores públicos, juristas, estudantes e representantes da sociedade civil neste que é o maior evento da Defensoria Pública nacional. O Congresso deve ainda oportunizar o debate dos principais temas relacionados à Instituição e o papel do defensor público na sociedade.

Na programação, estão previstas palestras e painéis com defensores públicos e especialistas renomados. Entre os temas, destacam-se: Novo Código de Processo Civil; Política Criminal do Super-encarceramento: É possível falar em abolicionismo penal no Brasil?; Tutela Coletiva e Controle Judicial de Políticas Públicas; Acesso à Justiça e Justo Processo - uma reflexão sobre o conteúdo da tutela jurídica efetiva como direito fundamental (IDENTIFICANDO O CONTEÚDO MÍNIMO DESSA GARANTIA); Justiça Restaurativa e a atuação na área da infância e juventude; STF e Tutela dos Direitos Fundamentais; O Pluralismo Jurídico e os Desafios da Defensoria Pública diante do Multiculturalismo; Fórum de Vulnerabilidades; e Desafios da Atuação da Defensoria Pública com a População em situação de rua. Ainda haverá lançamento de obras jurídicas, concurso de teses e práticas exitosas, entrega de medalhas de honra e reunião entre os assessores de comunicação das Associações Estaduais e Defensorias Públicas. O encerramento contará com a participação do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto.

Os interessados em participar podem entrar na página oficial do Congresso: <http://congressoanadep.com/>.

Assessores de comunicação das Associações Estaduais e Defensorias Públicas não pagam inscrição.

Hotsite – Já está no ar também o hotsite do Congresso. De forma prática e dinâmica, a ANADEP disponibiliza as principais informações sobre o evento, como a programação, componentes de mesa, dicas sobre a capital Curitiba (PR), relação de inscrição e valores, notícias, hospedagem e transportes, entre outros detalhes. ACESSE: <http://congressoanadep.com/index.html>

Concurso: Até 31 de julho, defensores públicos de todo o país poderão inscrever-se para o concurso de teses e práticas do XII Conadep. Ponto alto do evento, os concursos são ferramentas de promoção da troca de ideias e intercâmbio de informações acerca da atuação dos defensores públicos em todo o país. O concurso de Teses visa fomentar a produção teórica sobre Defensoria

Pública. Já o concurso de Práticas Exitosas tem por objetivo compartilhar internamente as experiências dos defensores.

Segue abaixo os editais.

*Informações ASCOM/ANADEP

15/07/2015 - ADPEMA se reúne com SEDUC e DPE/MA para implementação do Projeto de Educação em Direitos nas escolas



Para tratar das ações referentes ao projeto Educação em Direitos nas escolas de ensino médio, a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Clarice Binda, reuniu-se, na última terça-feira (14), com o Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Maranhão (ESDPE/MA), Marcos Vinícius Campos Fróes, e a equipe da Secretaria de Estado de Educação, coordenada pelo Supervisor de Temas Socioeducacionais da Seduc/MA, Luís Câmara Pedrosa.

Durante a reunião, realizada na sede da Secretaria Adjunta de Projetos Especiais, foi discutida a proposta de assessoria pedagógica a ser realizada pelo Instituto Paulo Freire, em convênio a ser firmado com a Escola Superior da DPE/MA, para que o IPF seja o responsável pela formação dos professores da rede de ensino e defensores públicos para atuação nas escolas. O projeto prevê o desenvolvimento de educação em direitos humanos aos estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, proporcionando acesso a informações aprofundadas sobre cidadania e direitos humanos.

No mês de junho, Clarice Binda reuniu-se com as Diretoras Pedagógicas do Instituto de Ensino Paulo Freire (IPF), Angela Antunes e Francisca Pini, em São Paulo, para discussão da parceria para execução do projeto de educação em direitos nas escolas públicas do estado do Maranhão, o que foi levado às outras entidades parceiras na execução do projeto, conforme Termo de Cooperação Técnica assinado entre ADPEMA, DPE/MA e SEDUC em 20 de maio de 2015.

14/07/2015 - ADPEMA participa de abertura da IV Semana de Execução Penal



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), representada pela sua presidente, Clarice Binda, participou da abertura da IV Semana de Execução Penal que aconteceu nesta terça-feira (14) no auditório do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na Praia Grande. O evento se estende até esta sexta-feira (17).

Compuseram a mesa de abertura a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Clarice Binda; o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), Joaquim Neto; a Defensora Pública Geral da DPE/MA, Mariana Albano; o Corregedor Geral da DPE/MA, Antônio Peterson Leal; o Secretário Adjunto de Justiça e Reintegração Social, Frei Ribamar Cardoso; e o Diretor Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), Renato Campos Pinto de Vitto.

Com a temática “Desafios para o Sistema Prisional Brasileiro”, o Diretor Geral do DEPEN, Renato de Vitto, destacou dados de diagnóstico recém-lançado pelo Ministério da Justiça, destacando o Brasil como a quarta maior população carcerária do mundo, ultrapassando, pela primeira vez, a casa das 600 mil pessoas privadas de liberdade no país.

Em seu discurso, a Presidente da ADPEMA, Clarice Viana Binda, reiterou que o processo de pacificação do sistema penitenciário passa por uma Defensoria Pública forte e atuante na área de execução penal e direitos humanos. “O papel dos defensores públicos da execução penal é de grande relevância na reconstrução do sistema e, portanto, merece o apoio de todas as instituições que trabalham por um sistema prisional mais eficiente”.

Já o Presidente da ANADEP, Joaquim Neto, falou sobre a condução diferenciada acerca dos problemas relacionados à execução penal. “Nós sabemos que 11 defensores ainda é um número pequeno para o enorme contingente populacional privado de liberdade no nosso estado. Por isso, reconheço o enorme esforço que eles fazem para assegurar os direitos dessa população. Mas com o trabalho que vem sendo realizado no estado e nacionalmente, a nossa intenção é permitir que a instituição continue avançando”.

Acompanhe a programação

IV SEMANA MARANHENSE DE EXECUÇÃO PENAL

DATA: 14 a 17 DE JULHO

PROGRAMAÇÃO

TERÇA (DIA 14 DE JULHO)

8h30 - Abertura da IV Semana Maranhense de Execução Penal

Local: Auditório do Curso de História da UEMA

9H30-Intervalo

09h45-Palestra

Tema: “Desafios para o Sistema Prisional Brasileiro”

Palestrante: Renato Campos Pinto de Vitto (Diretor do Departamento Penitenciário Nacional-Depen)

Presidente da Mesa: Dr. Marcos Vinícius Campos Froes (Defensor Público)

QUARTA (DIA 15 DE JULHO)

9H00- Ação do Projeto Fortalecendo Os Vínculos Familiares

Local: Centro de Detenção Provisória-CDP de Pedrinhas

Público: Reeducandos e familiares (emissão de Registro Tardio e Reconhecimento de Paternidade)

QUINTA (DIA 16 DE JULHO)

08H30-Palestra

Tema: “Perspectivas do Sistema Penitenciário Maranhense”

Palestrante: Dr. Murilo Andrade (Secretário de Administração Penitenciária)

Debatedor: Dr. Heider Santos (Defensor Público)

Presidente da Mesa: Dr. Vinícius Carvalho Goulart Reis (Defensor Público)

Local: Auditório da DPE/MA

09h45-Debates

0h00mim-Intervalo

10h15-Palestra

Tema: “Aspectos Práticos da Assistência Jurídica nas Unidades Prisionais”

Palestrante (s): Dr. Davi Rafael Veras (Defensor Público) e Dr. Vinícius Carvalho Goulart Reis (Defensor Público)

Presidente da Mesa: Dr. Heider Santos (Defensor Público)

Local: Auditório da DPE/MA

11h30-Debates

12h00-Intervalo para almoço

14h00-Palestra

Tema: “Prática Exitosa-Projeto Fortalecendo os Vínculos Familiares: A Importância da Parceria entre Instituições na garantia do direito ao reeducando e sua família”

Palestrantes: Dr. Gabriel Furtado (Defensor Público) e Nathalia Nascimento (Assistente Social)

Presidente da Mesa: Silene Ferreira Gomes de Brito (Assistente Social)

Local: Auditório da DPE/MA

15h15-Debates

15h30-Intervalo

15h40-Palestra

Tema: Aspectos Jurídicos do Direito de Visita nas Unidades Prisionais

Palestrantes: *Dr. Rodrigo* Gomes de *Freitas* Pinheiro (Defensor Público) e *Caroline* Christine Barros Nogueira (Defensora Pública)

Debatedor: Gisélia Diniz (Representante do Núcleo de Assistência à Família da SEJAP-NAF)

Presidente da Mesa: Dra. Suzana Camillo (Defensora Pública)

Local: Auditório da DPE/MA

16h40-Debates

SEXTA (DIA 17 DE JULHO)

09:00-Palestra

Tema: “Aspectos Controvertidos na Execução Penal”

Palestrantes: Rodrigo Duque Estrada Roig (*Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro*)

Debatedor: Paulo Rodrigues da Costa (Corregedor Geral do Sistema Penitenciário Federal)

Presidente da Mesa: Dr. Davi Rafael Veras (Defensor Público)

Local: Auditório do Curso de História da UEMA

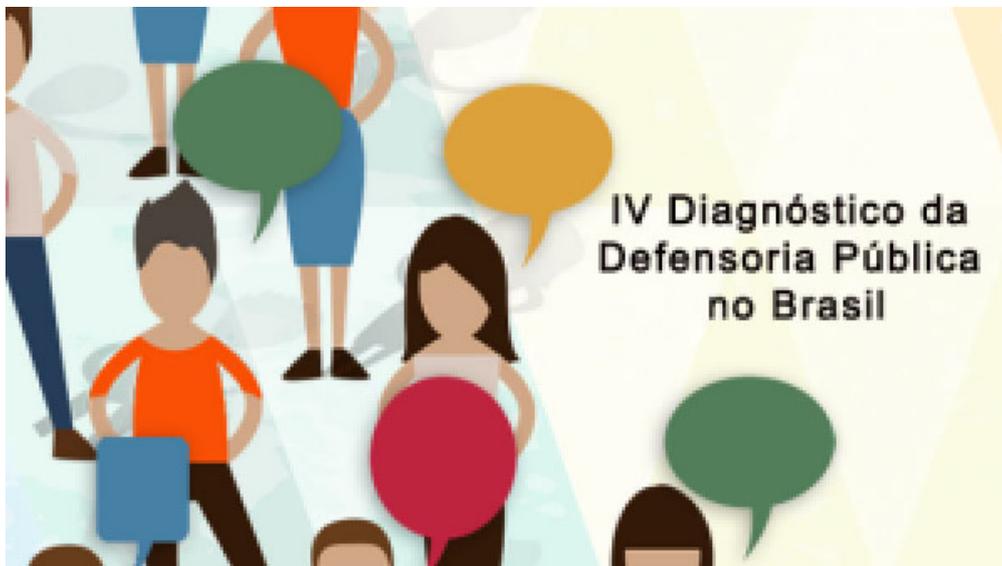
10h15-Debates

10h30-Intervalo

10h45-Encerramento da IV Semana Maranhense de Execução Penal

Certificação

14/07/2015 - Prorrogação: Defensores públicos de todo o Brasil têm até o dia 31 de julho para participar do IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil



Defensores públicos de todo o Brasil têm até o **dia 31 de julho** para participar do **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** – estudo que busca atualizar os dados sobre o perfil tanto dos defensores públicos do país quanto compreender o funcionamento das Defensorias Públicas da União, dos estados e do Distrito Federal.

O formulário está disponível eletronicamente para que os defensores de todo o país possam responder de acordo com sua realidade local. Para garantir a privacidade do usuário, todas as informações serão tratadas com sigilo e as respostas não serão ligadas ao nome dos participantes. A pesquisa abrange perguntas sobre o número de membros nas defensorias, áreas de atuação e perfil socioeconômico dos defensores.

O Diagnóstico faz parte do projeto fortalecimento do acesso à justiça no Brasil, uma parceria entre Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O diagnóstico servirá também para contribuir com as reformas judiciárias em curso.

ACESSE: <http://diagnosticodefensoria.hpconsultores.com.br/Pesquisa/>

* Informações ASCOM/ANADEP

Ver edições anteriores »



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740

Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br